

O festival da gastança

17 FEV 1996

ANTÔNIO DO VALLE

JORNAL DE BRASÍLIA

O contribuinte que se cuida. A vida interna brasileira (do Governo Federal, estados e municípios) aumentou mais de 30% no ano passado em comparação com 1994 e ultrapassou R\$ 200 bilhões, representando 31% do PIB. E devido ao esforço fiscal iniciado pelo governo do ex-presidente Fernando Collor, e aprofundado no segundo ano da administração Itamar Franco, que produziu um encolhimento nas dívidas do setor público, o vertiginoso aumento não teve efeitos mais devastadores.

Com a chamada "crise financeira do Estado", o dinheiro público parece destinado a cobrir basicamente três tipos de despesas: os salários dos servidores públicos ativos e inativos, os benefícios do INSS e os juros da dívida externa e interna (estes, em média de 35 a 40% ao ano, dentre os mais elevados do mundo). As somas arrecadadas não são mais revertidas em obras de infra-estrutura ou nos setores de segurança, educação e saúde...

A impressionante evolução da dívida dos governos estaduais foi analisada pelo Banco Mundial, tendo sido o estudo publicado em novembro último. Ele mostra um quadro inquietante: 2/3 da dívida estão concentrados nos estados mais ricos do País: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (de longe o mais endividado com cerca de R\$ 60 bilhões). O estudo lembra que, em janeiro de 1995, os novos governadores assumiram e herdaram uma dívida de R\$ 95 bilhões, quase o equivalente à dívida interna federal, e a inadimplência chegava perto da metade desse valor. Um ano mais tarde, a situação piorou significativamente, as dívidas superaram o valor das receitas, e a bola de neve acabará caindo sobre o Governo Federal e, finalmente, sobre o cidadão comum, uma vez que, nos últimos anos, os estrangulamentos de liquidez dos estados estão sendo equacionados com a transferência da responsabilidade desses débitos para o Tesouro Nacional.

O Governo Federal é o avalista dessa gastança sem limite e, indiretamente, o maior credor das unidades da Federação.

Juros não pagos vão sendo capitalizados e o estoque das dívidas torna-se cada vez maior e mais difícil de honrar, ameaçando seriamente o programa estabilizador da economia implantado com o início do Plano Real.

A rolagem das dívidas tem servido para tirar o estado do sufoco imediato. Contudo, antes de o estado honrar os compromissos facilitados que acabou de assumir com o governo Federal, ele se aproveita de brechas na legislação

que lhe permitem contrair novas dívidas.

O endividamento estadual está constituído por cinco fatores, dois sob razoável controle: a dívida externa controlada a partir de 1989, no período em que os recursos no exterior para governos estaduais eram muito difíceis; e a dívida junto a credores externos e bancos oficiais federais, que foi assumida pelo Governo Federal reescalada.

Mas são os outros três blocos de dívidas que constituem o grande problema em decorrência do rápido crescimento:

- os empréstimos tomados junto a bancos comerciais controlados pelos estados;

- a dívida de emissão de título dos tesouros estaduais; e

- a chamada dívida flutuante, que consiste de uma série de expedientes que permitem aos estados fugir do controle do Governo Federal.

A dívida financiada por títulos é dominada pelos estados mais ricos (MG, SP, RS, RJ). Os papéis são subscritos pelos bancos comerciais e vendidos a bancos privados e investidores.

Em 1995, os bancos privados começaram a evitar o carregamento destes papéis e a saída foi o Governo Federal. Os papéis dos estados ficaram na carteira do Banco Central que os trocou por Letras Série Especial, facilmente aceitas pelo mercado e as taxas mais baixas que as do risco do governo estadual.

O terceiro bloco é composto, entre outros, de atrasos de pagamento a fornecedores e ao funcionalismo, que acabam sendo uma maneira para financiar o déficit. Uma forma comum de endividamento é nas obras públicas, onde as empreiteiras tomam financiamento junto a rede bancária com a promessa do estado de pagar à empresa o serviço da dívida. Como o estado não é confiável, ele infla os preços da obra para neutralizar o risco adicional.

O estudo do Banco Mundial recomendou mudanças estruturais na gestão dos estados e no acesso ao crédito e a interrupção do crescimento do estoque das dívidas, o que implica em cortes profundos de gastos com investimentos, pessoal e subsídios, reforma administrativa, previdenciária e o estabelecimento de uma âncora fiscal: só gastar o que se arrecada.

Mas se os estados se endividaram descontroladamente e estouraram os orçamentos, a União não ficou atrás. As despesas com o funcionalismo público se aproximam de R\$ 40 bilhões em 1995, os gastos com os benefícios da

Previdência Social aumentaram 30% em termos reais com relação a 1994 e as despesas com juros aumentaram 49%.

O saldo da dívida mobiliária federal subiu de R\$ 65,5 bilhões em 1994 para R\$ 108,58 bilhões em dezembro de 1995, déficit gerado pelo desequilíbrio de caixa do Tesouro Nacional e as altas taxas de juros. As receitas contabilizadas no caixa do Tesouro somaram R\$ 90,789 bilhões e as despesas R\$ 94,878 bilhões...

O acordo do Banespa é um exemplo da generosidade do governo da União com alguns parceiros. Sobre uma dívida de R\$ 7,5 bilhões serão cobrados do governo de São Paulo juros de 6% ao ano enquanto o Tesouro (o contribuinte) capta esses recursos pagando taxadas de aproximadamente 35% em média ao ano.

Somando isto aos R\$ 7 bilhões da troca das dívidas dos agricultores com os bancos, aos R\$ 2 bilhões para as dívidas estatais do Banco do Brasil, aos R\$ 2 bilhões de débitos da Marinha Marcante com os bancos, sem falar nos R\$ 5,6 bilhões utilizados na compra do Nacional pelo Unibando, temos um festival de gastos que nada têm a ver com a filosofia liberal e muito contribuem para o atraso do País.

Devo frisar aqui também que a avalanche do capital especulativo, atraído pelos juros de agiotagem, elevou nossas reservas monetárias a US\$ 50 bilhões, mas teve consequências negativas sobre a dívida mobiliária federal, uma vez que todo o dinheiro que entra na economia precisa ser enxugado para não pressionar a base monetária e isto é feito com a emissão de novos títulos.

Finalmente, o calote de que o governo da União é objeto por parte de instituições públicas pode ser apontado igualmente como outro fator determinante no desequilíbrio do setor público.

O controle dos gastos em nível federal, estadual e municipal precisa de vontade política. No entanto, a análise da atual situação brasileira mostra a resistência de prefeitos, governadores e do próprio Governo Federal para efetuar esses cortes necessários e urgentes.

Os crescentes déficits orçamentários surpreenderam o próprio Governo, e para sua cobertura será pedida, com certeza, a colaboração do cidadão comum através de mais impostos que poucas vezes são revertidos em investimentos sociais ou em estímulo para a produção.

■ Antônio do Valle é deputado pelo PMDB de Minas Gerais